

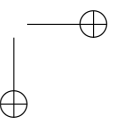
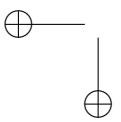
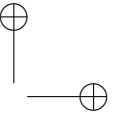
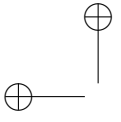
A OUTRA EUROPA



J. M. Paulo Serra

2008

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

Covilhã, 2008

FICHA TÉCNICA

Título: *A outra Europa*

Autor: Joaquim Mateus Paulo Serra

Colecção: Artigos LUSOSOFIA

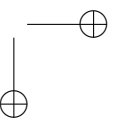
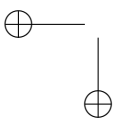
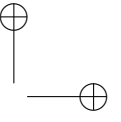
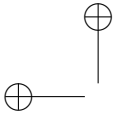
Direcção: José Rosa & Artur Morão

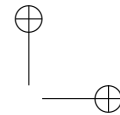
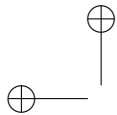
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. Silva Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2008





A outra Europa*

J. M. Paulo Serra
Universidade da Beira Interior

Índice

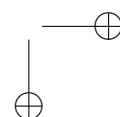
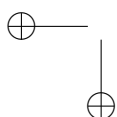
Introdução	3
I. A Europa como mito e utopia	4
II. A “União” Europeia” e a unidade da Europa	8
III. A nova ordem mundial	11

Introdução

O enunciado do tema deste debate (*A Outra Europa*) implícita, desde logo, que há, a par da (de uma) Europa que todos conhecemos, uma outra Europa, desconhecida e ignorada. Mas que Europa (outra) será esta?

O carácter-outro desta Europa pode ser lido pelo menos em dois sentidos diferentes: em primeiro lugar, no sentido da utopia de uma Europa ainda não realizada – pelo que “outra” significará, aqui, a alteridade do que não está realizado mas se afigura como realizável; em

*Texto da Comunicação apresentada no debate sobre *A Outra Europa*, Instituto Português da Juventude de Castelo Branco, 19 de Maio de 1999.





segundo lugar, no sentido da realidade de uma Europa que habitualmente se furta (e é mesmo furtada) à visibilidade dos discursos mais ou menos oficiais e dos próprios *media* – pelo que “outra” será, aqui, sinónimo de uma alteridade não imaginada mas realmente existente.

Quer a história quer a geografia cultural da Europa suportam qualquer destes dois sentidos; no entanto, como procuraremos explicar no que se segue, sempre o entendimento da Europa como “outra” no primeiro sentido levou a uma tentativa de negação da Europa como “outra” no sentido segundo. Ou, por outras palavras: a realização de uma Europa utópica, de uma utopia europeia, implicou sempre – e tanto mais quanto mais os discursos oficiais o parecem recusar – a negação da Europa como multiplicidade de identidades e diferenças.

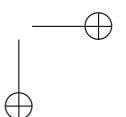
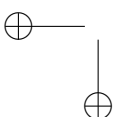
Mas, antes de irmos mais longe, talvez convenha perguntarmos: a que nos queremos referir quando dizemos “Europa”?

I. A Europa como mito e utopia

1. Admitindo, com Pessoa, que “O mito é o nada que é tudo”¹, procuraremos encontrar uma resposta para aquela questão interrogando um velho mito grego sobre a Europa. Segundo esse mito,

“Europa, a jovem e bela filha do rei de Sídon, foi seduzida por Zeus, disfarçado de toiro. Na manhã do dia em que tudo aconteceu, Europa tinha acordado perturbada com um estranho sonho: dois continentes, sob a forma de duas mulheres, discutiam os seus direitos sobre Europa. Uma, a Ásia, afirmava ser sua mãe; a outra, sem nome, declarava ter-lhe Zeus dado a donzela. Já totalmente desperta, Europa decidiu ir, com outras donzelas, colher flores à beira do mar. Vendo-a do Olimpo, resplandecente em toda a sua beleza, Zeus apaixonou-se por ela e, para Hera não desconfiar de nada, disfarçou-

¹ Fernando Pessoa, *Mensagem*, Lisboa – Porto, Contexto Editora – Livraria Civilização, 1995, p. 15.





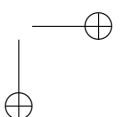
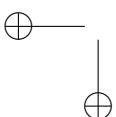
se de toiro, e assim apareceu às donzelas. Um toiro tão belo e tão manso que Europa não resistiu a montá-lo. E, num repente, o toiro abalou pelos ares fora, sobre as águas do mar, que amainavam à sua passagem, sendo seguido pelas criaturas do mar - as Nereides, os Tritões, e, finalmente, até o seu irmão Posídon. Europa, pressentindo, de súbito, que o toiro era Zeus, apenas lhe pediu que a não deixasse em sítio isolado – ao que Zeus acedeu, indo depô-la na ilha de Creta, onde a sua própria mãe Reia o tinha escondido para o proteger dos desejos infanticidas do seu pai Crono. Europa foi, nessa ilha, mãe de filhos de Zeus que forma homens célebres; dois deles, Minos e Adamantos, foram tão justos que vieram a ser designados juizes dos mortos.”²

Notemos, desde já, que o mito é grego, ou seja: é com os gregos que surge, efectivamente, a preocupação de pensar a questão da identidade da Europa. Sobre o conteúdo do mito propriamente dito, parecem-me essenciais os dois aspectos seguintes:

i) *Filha do rei de Sídon (na Fenícia), reclamada como filha pela Ásia, Europa será, no entanto, amada e amante do pai dos deuses grego, mãe de homens célebres e de deuses justos que julgarão os mortos, nome (e habitante) de um continente sem nome. À filiação (real ou onírica) asiática da Europa, contrapõe-se o amor divino que, puxando Europa para o alto, através dos céus e sobre os mares, sobreleva a primeira e a liberta em relação a ela. Significa isto que a identidade da Europa é pensada, pelo mito, a partir da reivindicação da sua autonomia (e, em certa medida, da sua superioridade) em relação aos outros continentes e, nomeadamente, em relação à Ásia. Que essa autonomia se tenha dado, quando a ligação – não só física mas essencialmente cultural – da Europa à Ásia era tão forte, é algo que o mito só consegue explicar mediante o inexplicável favor divino.*

ii) *Protegida por Zeus, Europa habitará e terá os seus filhos em Cre-*

² Adaptado de Edith Hamilton, *Mitologia*, Lisboa, D. Quixote, 1979, pp. 108-111.





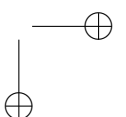
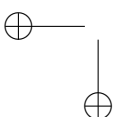
ta, a mítica ilha que, tendo outrora protegido Zeus do infanticídio, protegerá agora Europa e lhe permitirá sobreviver e perpetuar-se. Porquê Creta? O mito revela-se, neste aspecto, verdadeiro conhecedor da realidade histórica re-descoberta por nós no século XIX: colocada no cruzamento das rotas marítimas e das culturas da Europa, da Ásia e da África, Creta é o cadinho onde, a partir de um incrível “melting pot”³, nascerá e sobreviverá aquilo a que hoje chamamos a “cultura europeia”.

2. Num certo sentido, o mito vai bastante mais longe do que a forma habitual e generalizada de pensar (?) a Europa e a cultura europeia: como a cultura que herdou dos gregos a filosofia e a democracia, dos romanos a técnica e o direito, do cristianismo as noções de pessoa e de igualdade entre os homens. O mito mostra, pelo contrário, que a Europa é, e sempre foi, muito mais – e, de certa forma, muito menos – do que isso. E isto em pelo menos dois aspectos:

i) A cultura europeia é a resultante de um conjunto de influências (asiáticas, africanas) que não permite, de forma alguma, reduzi-la aos elementos acima referidos (essa redução implica, desde logo, a definição de uma certa Europa e a exclusão de outra ou outras). Assim, e para não falarmos senão dos chamados europeus “ocidentais”, escrevemos com um alfabeto inventado pelos Fenícios, professamos uma religião criada por um Hebreu, utilizamos uma numeração transmitida pelos Árabes, prevemos o curso dos astros e medimos os terrenos com a Astronomia e a Geometria inventadas pelos Egípcios.

ii) Se há uma especificidade da cultura europeia, ela reside, seguramente, na diversidade e na multiplicidade de diferenças (identidades) – em termos étnicos, linguísticos, religiosos, morais, filosóficos, etc.

³ Que se fale, muitos séculos mais tarde, dos Estados Unidos como um “melting pot”, não admira: o “melting pot” tem sido, desde as suas origens, o estado da cultura europeia, e portanto da cultura europeia que emigra para a América.





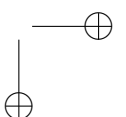
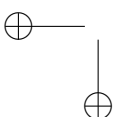
– que a constituem. De tal forma isto é evidente que mesmo muitos dos países europeus são, eles próprios, mosaicos de nações, ao mesmo tempo que existem nações (como os albaneses, os sérvios, os bascos, os turcos, os ciganos, os judeus, etc.) dispersas por vários países e mesmo por vários continentes.

Assim, se por um lado o mito reivindica a autonomia da Europa em relação às culturas não europeias (e, nomeadamente, às da Ásia), por outro lado não esquece a dívida da Europa em relação a essas mesmas culturas. A Europa é, desde o seu início, pensada como uma unidade instável (cuja manutenção se deve à protecção divina), feita de multiplicidades e diferenças.

3. No entanto, e pelo menos à primeira vista, a multiplicidade e a diversidade da Europa, que constituem a sua maior riqueza (e, quiçá, superioridade), parecem constituir, simultaneamente, pelas forças centrífugas e contraditórias que desencadeiam, a sua maior fraqueza e o maior obstáculo à sobrevivência da Europa e da cultura europeia – do que concluíram alguns, ao longo dos tempos, a necessidade da eliminação dessas multiplicidade e diversidade. No entanto, sempre que, ao longo da história, a partir de afirmações nacionalistas com intuítos imperiais, foram feitas tentativas nesse sentido – para colocar, em lugar da multiplicidade e da diversidade, a unidade e a uniformidade de uma “Grande Europa” mais ou menos utópica –, tais tentativas conduziram a Europa a afrontamentos de uma violência extrema (de que o episódio mais recente foi o nazismo e a 2^a Guerra Mundial).

II. A “União” Europeia” e a unidade da Europa

1. Talvez o pós-II Guerra Mundial – e mais especificamente a divisão da Europa em dois blocos antagónicos, consagrada pela Conferência de Ialta – tenha representado, na já longa história da Europa (e dos





seus conflitos mais ou menos permanentes), o momento mais crítico em relação à ideia da Europa e da cultura europeia como unidade. Como sublinha, a propósito, Michel Foucault:

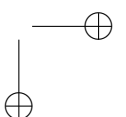
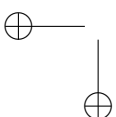
“Após a Guerra os Europeus foram, sem cessar, arrastados entre, de um lado, o Atlântico e, do outro, o Vístula. Já não queriam mesmo considerar-se eles próprios. Era-se europeu, mas atlantista, era-se europeu, mas do Leste. Reduzida a nada ou a quase nada no fim da guerra, a Europa procurou a sua metrópole a Leste e a Oeste, à direita e à esquerda. *Assim, podia-se ignorar o centro e as causas de todos tormentos da nossa história.* Hoje, o mundo regionaliza-se, e a Europa é obrigada a reflectir sobre ela própria.”⁴

Que se interprete este “centro” a que Foucault se refere como um centro real (o centro da Europa, a Europa Central, em que tiveram origem as duas guerras mundiais opondo sempre, de um lado, a Áustria e a Alemanha e, do outro, a Oeste, a Inglaterra e a França, e a Leste, a Rússia) ou como um centro metafórico (no sentido de um projecto europeu mobilizador de todos os europeus que poderia, por assim dizer, lançar a ponte entre as Europas em que a Europa sempre esteve dividida), a sua criação foi uma preocupação essencial na génese da União Europeia. Tal criação permitiria, à Europa, um duplo desiderato:

- i) Prevenir a eclosão de uma nova guerra em solo europeu, esbatendo os limites étnicos e nacionais no seio de uma “Europa das regiões” ou de uma “Federação de Estados”, diluindo a conflitualidade inerente à cultura europeia, recalçando os sonhos imperiais que alguns países europeus tinham manifestado no passado recente;
- ii) Competir mais satisfatoriamente com os grandes blocos económicos mundiais, nomeadamente com os Estados Unidos e o Japão.

Assim, num certo sentido, o projecto de “construção europeia” é

⁴ Michel Foucault, “Une enorme surprise” (or. 1978), in *Dits et Écrits*, Vol. III (1976-1979), Paris, Gallimard, 1994, p. 699, itálico meu.

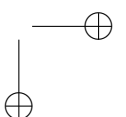
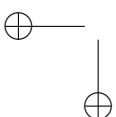


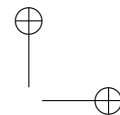
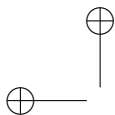


um projecto arrojado e inovador, na medida em que apostou (aposta) numa unidade europeia construída a partir da união pacífica entre países e nações – contrastando com um passado em que a Europa se afrontou violentamente a si própria ou só se uniu como um todo quando teve de lutar para fazer face a um inimigo externo (os “bárbaros”, os “infiéis”, etc.).

2. No entanto, em que medida estes objectivos não se voltaram, hoje, contra si próprios? Em que medida a unidade da Europa não é conseguida, mais uma vez, à custa de uma nova tentativa imperial – protagonizada, hoje, não tanto por um país europeu mas por um grupo de países europeus subordinados aos Estados Unidos?

Esta pergunta conduz-nos, directamente, ao que se passa actualmente na ex-Jugoslávia e nos Balcãs. É certo que não é de hoje a tentação dos políticos da União Europeia se arrogarem o privilégio de falarem em nome da Europa, de dizer “nós, os europeus...” – o que é o discurso óbvio da negação da multiplicidade e da diversidade em que, como dissemos atrás, consiste a própria Europa e da exclusão da Europa (ou das Europas) que não se enquadram no modelo da Europa da União: uma Europa dotada de um capitalismo “avançado”, cristã, demo-liberal, instruída, informada, membro da Nato e aliada dos Estados Unidos, defensora dos direitos humanos, etc. A actual guerra da Jugoslávia teve, neste aspecto, a triste “vantagem” (se é que tem algum sentido utilizar tal palavra a propósito de um guerra) de trazer, para primeiro plano, para primeiríssimo plano – em termos do discurso dos políticos, da informação dos media, das preocupações dos cidadãos – uma Europa (ainda em grande parte camponesa, ortodoxa, muçulmana, pobre, tradicionalista, etc.) que, saída dos escombros do comunismo, isolada e abandonada a si própria, se parece afastar o mais possível da Europa de uma União Europeia cada vez mais parecida com um “clube de ricos” crescentemente reservado e elitista.

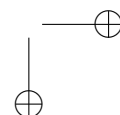
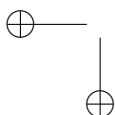




3. A “nossa” Europa só se deu realmente conta da “outra” Europa quando os acontecimentos nesta Europa se tornaram uma ameaça para a “segurança europeia”. Porque é que tal aconteceu? E, quando isso aconteceu, o que fez a União Europeia?

Podemos, em relação à primeira questão, responder com o exemplo alemão: a unificação alemã, com todos os custos económicos e sociais que envolveu para os alemães ocidentais, foi a melhor (diria, a única) maneira de evitar uma explosão violenta no centro da Europa, que poderia mesmo virar alemães contra alemães. O que fez a União Europeia em relação aos outros países ex-comunistas? Esqueceu-se deles, pura e simplesmente – já que lembrar-se deles envolveria custos económicos e outros que nenhum dos pigmeus políticos europeus estaria disposto a pagar.

Em relação à segunda questão: quando os problemas surgiram o que fez a Europa? Incapaz de responder política e militarmente aos seus próprios problemas – porque isso envolveria, mais uma vez, custos que seriam extremamente “impopulares”, para além de que se coadunaria mal com a actual retórica dos “direitos humanos” –, restava-lhe o amigo americano, disfarçado sob o manto diáfano da Nato. E é ao amigo americano que interessa sobretudo o “auxílio” aos aliados europeus e a defesa dos “direitos humanos” em casa alheia, já que aí reside a possibilidade, improvável até à queda do comunismo e ao descalabro da Rússia, de tornar a Europa um protectorado (uma colónia?) dos Estados Unidos. Assim, na guerra da ex-Jugoslávia, qualquer que seja o seu desenvolvimento futuro, há apenas um vencedor e um perdedor antecipados: os Estados Unidos e a Europa, respectivamente. Que seja a Europa – ou melhor, uma certa Europa, a da União Europeia e da Nato – a apoiar alegremente a estratégia imperial dos Estados Unidos, não é mera coincidência: não é essa Europa, em todos os aspectos, uma imitação dos Estados Unidos do ponto de vista económico, político e ideológico? O que é estranho, talvez, é que tudo isto aconteça num momento em que a União Europeia até é governada por uma maioria de políticos que





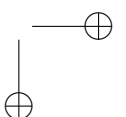
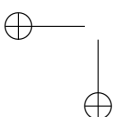
se pretendem “socialistas” (ainda que de um socialismo de “terceira via” que ninguém sabe bem o que é e em que é que se distingue do “não socialismo”) mas que apoiam, de forma entusiástica, aquela que sempre foi considerada a pátria do “anti-socialismo”.⁵

III. A nova ordem mundial

1. Assim, o que se passa na ex-Jugoslávia é, sem dúvida, o último episódio do processo que, iniciado em Ialta, teve na queda do Muro de Berlim um dos seus momentos essenciais. Desfeito o chamado “Bloco de Leste” (e a sua liderança pela ex-União Soviética) – que, queiramo-lo ou não, foi o verdadeiro poder fático europeu a contrariar, durante décadas, a procura da hegemonização mundial por parte dos Estados Unidos, assiste-se agora ao triunfo mundial do poder americano. É certo que a Rússia ainda mostra algumas pretensões de contrariar esse triunfo – mas, a breve prazo, a catástrofe económica, o descalabro político, os problemas sociais, indiciadores de uma crise que não deixará de agravar-se, tornarão impossível tal veleidade.

2. Esta estratégia imperial dos Estados Unidos – e note-se que dizemos dos Estados Unidos, e não do snr. A ou do snr. B, já que entendemos ser de levar a sério a ideia hegeliana de que, num certo sentido, a história envolve uma “astúcia da razão” que escapa aos povos e aos indivíduos, servindo-se deles para os seus próprios desígnios – nem sequer é nova ou recente (na história universal, o que são al-

⁵ Façamos uma certa justiça à França e à Alemanha. Tem sido evidente, desde o início da guerra na Jugoslávia, por parte do eixo Paris-Bona, uma certa contenção e um certo desejo de resolver negocialmente o conflito – atitude que contrasta, de forma flagrante, com a atitude agressiva e maximalista da Inglaterra do Snr. Blair. Mas não era a Inglaterra um dos maiores opositores à construção Europeia? Obviamente. E não é o eixo Paris-Bona o principal prejudicado pela crescente influência americana na Europa? Mais uma vez, obviamente...



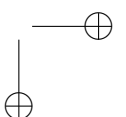
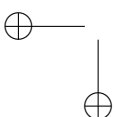


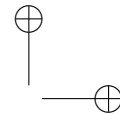
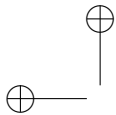
gumas décadas?). De facto, não é possível pensarmos na divisão de Ialta sem pensarmos, ao mesmo tempo, na aplicação do plano Marshall (1948-1951) que se lhe sucedeu. O plano Marshall não é, no entanto, apenas um plano de ajuda económica tendente a possibilitar a reconstrução europeia. Na realidade, ele revelou-se uma arma de suma importância na estratégia imperial americana, ao condicionar a ajuda económica à abertura dos países europeus aos produtos culturais americanos, nomeadamente aos filmes. Como declarava William Benton, então secretário de Estado, no longínquo ano de 1946:

“O departamento de Estado entende fazer tudo o que estiver em seu poder, tanto ao nível político como diplomático, para contribuir para eliminar os obstáculos artificiais à expansão, através do mundo, das agências noticiosas, das revistas, dos filmes ou outros meios de comunicação americanos pertencentes ao sector privado. A liberdade de imprensa – e a da troca de informação em geral – faz parte integrante da nossa política externa.”⁶.

Podemos dizer que, neste aspecto, os Americanos nem são originais: já há cerca de vinte séculos os Romanos tinham percebido que a expansão (e a manutenção) do Império implicava, por um lado, a conquista militar, mas, por outro lado, todo um conjunto de mecanismos de difusão (e imposição) da cultura romana a todos os pontos desse Império. “Romanizar para dominar”, tal era a palavra de ordem. As estradas romanas são, hoje, substituídas pelas “auto-estradas da informação” construídas pelas grandes multinacionais americanas, e a cultura (romana) do nosso tempo é, cada vez mais, a “american way of life”. À “globalização” económica parece corresponder, cada vez mais, a uniformização e a homogeneidade culturais. A “circulação da informação”, que tanto se apregoa, é, cada vez mais, uma circulação que tem uma só direcção: a da subordinação. A “comunicação” universal, que tanto se elogia, é um “pôr em comum” não no sentido de

⁶ Extraído de *Department of State Bulletin*, 1946, 14 (134), 160, citado em Herbert I. Schiller, “La communication, une affaire d’État pour Washington”, in *Le Monde Diplomatique*, Août 1997, pp. 20/21.





uma partilha de diferenças mas no sentido de tornar comum, vulgar e uniforme. Neste processo, a guerra da Jugoslávia é apenas um mero episódio...

3. O que nos pode conduzir a uma conclusão algo estranha (pelo menos para alguns).

É sabido que o Iluminismo – e a revolução francesa dos “direitos humanos” – gostava de apresentar-se, a si próprio, como o legítimo herdeiro do que de melhor tivera, no passado greco-romano-cristão (já que a idade medieval era por eles identificada como uma “era de barbárie”), a cultura ocidental. Sabemos também que Marx e Engels gostavam de se apresentar, a si próprios e ao comunismo, como o aprofundamento e a verdadeira realização dos ideais iluministas e revolucionários – e, indirectamente, como os verdadeiros herdeiros dos mais importantes valores da cultura europeia. A questão é: até que ponto nos mostra, a nossa situação presente, que esta era uma visão justa?

É um facto que o chamado “comunismo” foi, sobretudo a partir do final da 2ª Guerra Mundial, o único verdadeiro opositor ao domínio mundial dos Estados Unidos – tendo a Europa Ocidental assumido, a partir desse mesmo momento, o papel de “aliado”, eufemismo que se pode, de facto, traduzir por subalterno. Mas essa oposição da Rússia e dos seus aliados não pode ser confundida com a corporização de um verdadeiro projecto “europeu” – já que não era senão a capa, com novos matizes ideológicos, de um novo nacionalismo europeu com intuítos imperialistas.

